

42º Encontro Anual da ANPOCS

SPG 07 Desafios contemporâneos: desterritorialização, conflitos e novos-velhos projetos que afetam os modos de vida das populações na Amazônia Brasileira

Vivências da Barragem de Tucuruí: significações do deslocamento compulsório em Breu Branco (PA)

Autores: Vitória Mendes Alves¹

Jorge Augusto Santos das Mercês²

Introdução

Neste artigo apresentamos o resultado de pesquisas realizadas pelos autores, respectivamente pela ordem de autoria em nível de graduação e mestrado, com deslocados compulsoriamente em função da implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE-Tucuruí), ocorrida entre os anos de 1975 e 1984. As datas marcam o início dos estudos do Estado acerca do potencial de utilização da área para este fim e o ano de efetivação do deslocamento compulsório de pessoas que habitavam os lugares que, nos termos locais, foram “para o fundo” do lago artificial formado pelo barramento do rio Tocantins. Até 2006 as obras da hidrelétrica continuaram em uma segunda etapa para ampliação do potencial de geração de energia, atingindo outras pessoas com o aumento da cota que determinava a altura do lago à montante da barragem, no entanto nossas interlocuções foram restritas a pessoas atingidas até 1984.

Segundo Sônia Magalhães (2007), aproximadamente três mil famílias foram reassentadas involuntariamente em decorrência da primeira fase das obras da usina. Dentre os locais de destino destas pessoas optamos por realizar a pesquisa no município de Breu Branco, tanto por: a) proximidade com a UHE-Tucuruí, permitindo-nos visita-la; como, também, b) pela facilidade de deslocamento entre Breu Branco e a cidade de Tucuruí, onde se concentra as soluções jurídicas para as demandas reclamadas pelos atingidos e os agentes

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Contato: vimendesalv@gmail.com

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Contato: Jorge.a.s.mercês@gmail.com

que representam tais demandas, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

Nosso objetivo consistiu em compreender os sentidos da narrativa da memória do sofrimento social provocado pelo deslocamento compulsório. Para tanto realizamos trabalhos de campo com pesquisas *in loco* em períodos intermitentes entre janeiro e outubro de 2016. Realizamos entrevistas semiestruturadas com pessoas que sofreram o deslocamento compulsório devido a este tipo de entrevista ter o potencial de se desenrolar em questões reformuladas pelo entrevistado de acordo com a forma que ele entende o problema que levantamos (RIZZINI, CASTRO, SARTOR. 1999), dando espaço narrativo às significações possíveis do ponto de vista nativo em relação ao fenômeno que propomos compreender. Além destas entrevistas, em momentos gravadas e em outros não gravadas, mantivemos conversas em tom informal com grupos de atingidos, com representantes do STR e MAB sediados em Tucuruí e Breu Branco.

Nossos resultados se alinham a uma compreensão hermenêutica na antropologia, pois vinculamo-nos às intenções epistemológicas que sustentam uma “descrição densa” (GEERTZ, 2014) dos fenômenos sociais. Sendo assim, buscamos compreender as significações possíveis em âmbito local – Breu Branco – para o deslocamento compulsório a partir da intersubjetividade compartilhada através de narrativas mnemônicas que nomeiam, por sua vez, tanto uma saudade quanto uma esperança de justiça a partir dos loci de enunciação nos quais se elaboram contornos ontológicos para a vivência do fenômeno. Projetando um futuro em função da falta atribuída ao presente em comparação com o passado (CASTRO, 2010), a memória do deslocamento compulsório conforma a sensação de pertencimento ao grupo atingido pela noção compartilhada da violência em foco, sintetizada na expressão que, lá, comumente nomeia a causa do sofrimento social: com a barragem “tudo foi para o fundo”.

Breu Branco foi fundada em 1984 e ocupada, em princípio, pelas pessoas atingidas na vila chamada, hoje, de “Breu Velho”. Em 1991 passa à categoria de município ao ser tornada independente de Tucuruí através da Lei nº 5.703, de 13 de dezembro de daquele ano. Pela proximidade com a hidrelétrica e com o

município que sedia a administração da ELETRONORTE, Breu Branco atrai fluxos migratórios nos anos seguintes à sua independência relativa ao município de Tucuruí. De aproximadamente 127 pessoas que habitavam o “Breu Velho”, Breu Branco passou a ter, em 2010, 52.400 pessoas, majoritariamente nascidas na região Norte (o que não significa serem breuenses), com aproximadamente 33% das pessoas residente lá oriundas de outras regiões do País, sobretudo do Nordeste e Centro-Oeste (BRASIL, IBGE).

O crescimento populacional da cidade implicou na ocupação de áreas periféricas ao projeto inicial da ELETRONORTE, provocando uma mudança na política de reassentamento de pessoas atingidas pela segunda fase das obras da UHE-Tucuruí. Nossos interlocutores residiam majoritariamente no núcleo inicial do município, enquanto os atingidos pela segunda etapa habitam regularmente as margens do lago artificial da usina ou a margem direita no tecido urbano de quem segue pela Avenida Sebastião Camargo no sentido de Goianésia para Tucuruí; como podemos observar na *Imagem 1* (a seguir). No entanto este padrão de ocupação dos deslocados compulsoriamente em Breu Branco designa uma tendência, havendo variações sobre uma ou outra posição em função das dinâmicas urbanas provocadas pelo adensamento populacional.

Imagem 1: Área Urbana de Breu Branco e Núcleo Inicial



Fonte: Plano Diretor Municipal de Breu Branco, 2006 (alterado pelos autores)[1]³

Desta disposição da morfologia social em Breu Branco decorre a proximidade dos deslocados compulsoriamente em 1984 a áreas de lazer, como a Praça da Bíblia, e equipamentos públicos (bancos, escola, feira, terminal rodoviário). Percebe-se a tentativa de reprodução do Breu Velho em Breu Branco, sendo evidenciado esta intenção tanto em espaços públicos, através, por exemplo, da repetição do nome Gonçalo Vieira para a escola situada na Área Central da cidade de Breu Branco enquanto suporte da presentificação da ausência que o Velho Breu instaura enquanto traço do sofrimento social provocado pelo deslocamento compulsório. A Área Central de Breu Branco é, hoje, um ambiente de saudade engajado na mimetização de uma temporalidade impossibilitada em decorrência do evento que rompe o sentido de previsibilidade do mundo: pois se a vivência ordinária pressupõe a estabilidade do estilo da experiência, o efeito dos eventos é justamente a suspeição das certezas, que pode ocorrer de forma traumática (DASTUR, 2000).

Tratando-se de um estudo compreensivo, não estamos preocupados com a Verdade dos fatos, mas com a construção de veritação das narrativas que enunciam o sofrimento social. Ou seja, estamos atentos a circunscrição de sentidos às vivências que duram no mundo da vida de pessoas deslocadas compulsoriamente enquanto “efeito de verdade” (FOUCAULT, 1979) que conforma a intersubjetividade nostálgica à temporalidade produzida em conceito local como “Novo Breu”. Sua fábrica é o êxtase presente; portanto, quando falamos do fenômeno da memória, não falamos daquilo que foram os acontecimentos; mas, do que foi agora: a memória acontece “em um presente de iniciativa” (RICŒUR, 2007, p. 134) que organiza a partir de uma intencionalidade o êxtase passado em função de sua presentificação.

1. Plataforma locucional da saudade

³ [1] Inserimos a legenda sobre a localização da área central, pois o documento original trazia a explicação do contorno em cor alaranjada no corpo do texto do Plano Diretor Municipal.

As perdas são articuladas ontologicamente em narrativa de teor nostálgico. Esta forma de narrar o testemunho articula sentidos políticos de reivindicação de uma promessa quebrada pela Eletronorte por meio da comparação entre as temporalidades vividas pelos deslocados compulsoriamente antes e depois do evento. A percepção desta ruptura de temporalidades pelos atingidos acontece desde os primeiros anos de deslocamento compulsório. Segundo Sônia Magalhães (2007):

é reconhecido por todos os camponeses que a construção da barragem inaugura um outro período em suas vidas. A rigor, as histórias de vida são reportadas em dois períodos: antigamente e hoje. O hoje diz respeito a situação atual vivenciada, e tem como marco inicial a construção da barragem (p. 160) [grifos próprios].

Antigamente e hoje servem como plataforma locucional articulada, por sua vez, comparativamente pelos atingidos. No entanto, transitar entre a enunciação do Breu Velho ou do Novo Breu (antigamente e hoje, respectivamente) não encerra atividades distintas, como se fossem dois solos ontológicos que se referenciam de modo opositivo. Falar da saudade enquanto sofrimento social em Breu Branco é se situar a meio caminho entre antigamente e hoje, é ocupar um lugar intermediário entre as vivências que o deslocamento compulsório inaugura a ponto de sentir o que falta em cada uma a partir da interpretação da outra, é uma alteridade autofágica, uma presença assombrada pelas ausências que nela se insinuam. Narrar a memória é tomar posição sobre o passado, é coloca-lo em perspectiva a partir de seus efeitos retrovenientes em função da antecipação de um porvir desejado, é ocupar um lugar de enunciação para que “um determinado tipo de discurso seja enunciado de determinada maneira (CASTRO, 2010, p. 33): a memória narrada é política. A política de memória do deslocamento compulsório se legitima na dor. O sofrimento social indica a comunhão da sociação pela perda compartilhada, a narrativa presentifica as ruínas sempre atualizadas pela intencionalidade presente.

1.1 Breu Velho e Novo Breu

A comparação entre Breu Velho e Novo Breu é um sintoma do evento ocorrido, pois, como evento, o deslocamento compulsório inaugura temporalidades: *“in its sudden apparition disconnects the past from the future”* (DASTUR, 2000, p. 186): *introduces [...] between past and future and so allows the appearance of different parts of time as dis-located. The event produces, in the literal meaning of the word, the difference of past and future and exhibits this difference through its sudden happening* (DASTUR, 2000, p. 182). Os atingidos recorrentemente referenciam uma vivência a outra, e alegam mesmo fazer este movimento interpretativo:

— *Eu comparo o Breu Velho com esse Novo Breu (Olgarina Araujo).*

Embora a narrativa do sofrimento social pudesse sugerir uma oposição entre Breu Velho e Novo Breu, a percepção de ruptura do estilo de vida entre uma temporalidade e outra instaura uma sensação de dívida do *hoje* em relação ao *antigamente*. É esta dívida que organiza a comparação entre um e outro, pois o Novo Breu só teria lugar na vida das pessoas deslocadas compulsoriamente enquanto herança do Breu Velho, devendo, por sua vez, cumprir as expectativas geradas na ontologia daquela ausência a partir da falta das ausências que a socialização no Novo Breu investe sobre aqueles que viveram o evento.

— *Quando ele chegou com a documentação, “vamo ler aí pra nós?”... “Breu Branco”. Ele deu uma cacetada em todo mundo, nós tava esperando “Novo Breu”, não era? A gente tinha saído do Breu velho e por causa disso aqui surgiu o Novo Breu (Leonildo).*

— *Agora, quem mudou para esse Breu foi feliz porque esse Breu é uma cidade boa, bonita, por onde você andar esse Breu é lindo. Aí eu digo assim: eu agradeço o Breu de lá, por que a gente só tá aqui por causa dele, não é? [...] Como eu digo, outro dia ouvi um senhor falando, ele disse assim: “o Breu foi bom enquanto durou”. Mas pra mim o Breu até hoje é bom que ai de nós que nós não morasse lá, que nós não tava aqui não (Osmarina Leite).*

A noção de herança apesar da ruptura é recorrente não apenas nas narrativas dos atingidos, mas de intérpretes daquela realidade engajados, de uma forma ou de outra, na tentativa de compreensão e solução do sofrimento social decorrente do deslocamento compulsório. Quando Sônia Magalhães (2007) descreve o *Encontro Tucuruí* ela o apresenta como “o coroamento de

uma série de acampamentos, ou de manifestações públicas iniciadas em 1982” (p. 36). Paralelamente, a promotora responsável pelo julgamento de ação vinculada ao Programa Social para os Expropriados de Tucuruí (PROSET), Adriana Passos Ferreira, afirma, em entrevista concedida ao coautor deste texto em 2016, que as indenizações provenientes do PROSET são vistas pelos atingidos como uma continuidade das demandas por justiça iniciadas em desde 1982, antes do *hoje*.

Esta relação de herança, no entanto, não suplanta a sensação de ruptura e, conseqüentemente, de perda:

— *Foi difícil [se adaptar no novo lugar]. Até hoje! Até hoje... Eu tô com 31 anos que nós mora aqui, mas sei lá, eu sinto falta do Breu lá. Sinto muita falta porque a gente tinha liberdade, lá a gente pescava, a gente tirava castanha, a gente caçava, a gente tinha tudo (Olgarina Araujo).*

— *Lugar bom é aquele que você tá morando. De qualquer maneira, lá no Breu Velho as coisas era difícil, mas a convivência era muito diferente daqui. A diferença era muito grande (Bragantino).*

— *Então eu digo que era assim: era um paraíso lá, que tinha tudo, né? Mas aí, como as coisa é desse jeito, por causa das barragens, dessas coisas, foi se acabando tudo, né? E no fim a gente vai ficando assim (Osmarina Leite).*

As perdas podem ser sistematizadas em dois tipos de sociação dos agentes. Uma relativa às relações que os humanos mantêm, hoje, na memória do Breu Velho, com os humanos; e outra referente a relação entre humanos e não humanos. Uma e outra apontam as faltas da temporalidade anterior, por mais que o Breu Velho não justificasse “realmente” as perdas narradas, o efeito das perdas articula as noções entre hoje e anteriormente. É a falta de hoje pela violência do excesso praticado no evento que faz com que o Breu Velho vigore valorativamente como positividade frente ao Novo Breu, e, assim, as relações são reposicionadas mnemonicamente diante do Agora e Assim (SCHUTZ, 2012) que demanda agência dos atingidos pelo seu futuro.

Tabela 1: Narrativas de saudade por tipos de sociação

<p style="text-align: center;">Sociação entre humanos e humanos</p>	<p style="text-align: center;">Sociação entre humanos e não-humanos</p>
<p>— Quem quiser gabar que passou bem, que tal coisa, pode gabar, mas eu não. Penou porque não tinha comércio, não era... A gente sem dinheiro, não tinha emprego, não tinha nada, a gente tinha que comer o que a gente trouxe de lá. Porque se tivesse... Tinha um comércio ali, mas não tinha dinheiro para a gente tá comprando, porque a gente vivia de roça, né? (Olgarina)</p>	<p>— O Breu é muito rico, este Breu. O outro era mais também porque tinha as coisa natural, não é? Era mais farto naquele tempo, era... Nossa, lá era mais! Era carne de caça, porque quase não tinha carne de gado, não é? (Olgarina)</p>
<p>— Tu chegava, “vou fazer uma casa”, e juntava todo mundo pra fazer aquela casa, quando outro ia fazer juntava todo mundo e ia fazer a casa, era assim. Aqui não, se tiver dinheiro tu faz, se não tiver... Né? Era muito bom lá, foi muito bom (Osmarina).</p>	<p>— Eu pescava, eu esperava, eu botava armadilha. Tudo eu fazia pra poder sobreviver. Mas não era assim de matar caça pra exportar, não, não tinha esse negócio de fazer estrago como agora acontece. Agora é difícil. Carne de caça é sabor, pega o tempero melhor, sei lá. Por isso que eu tô dizendo, pra a gente acostumar com muitas coisas assim, das pessoas, é diferente (Olgarina).</p>
<p>— Um lugar pequeno, quando doía a barriga lá, no fim da rua todo mundo já sabe e vai visitar, tem aquele amor, aquela dedicação. Hoje aqui no Breu, nós que somos aqui do Breu... Morre gente aqui, matam, e depois procura, “e fulano?”, dizem —ih, faz é tempo que morreu, faz é dias que morreull; não é assim? Pois é, é diferente, não é? Naquele tempo o cabra chegava com fome na casa do outro, enchia o prato de farinha e chamava ele pra comer. Hoje a maior parte do povo não tem mais esse amor uns pelos outros, você concorda comigo? Né não? Só quer saber de dinheiro (Bragantino).</p>	<p>— Você aqui não pode ter atividade nenhuma mais. Quem plantava roça não pode mais plantar, quem fazia isso não pode mais fazer... Eu plantava roça, era agricultor (Leonildo).</p>
<p>— Eu sinto [saudade]. Porque a gente tinha amor uns aos outros, aqui hoje ninguém se entende. Aqui cada coisa é mais diferente que as outras, é ladrão, é assaltante... Naquele tempo lá, ih! Uma pessoa chamava o outro de ladrão, lá não existia essas coisas, Deus o livre. Hoje é tanta irregularidade, tanta coisa... Até de filho de gente do Breu mesmo, deu pra matar, pra roubar (Bragantino).</p>	<p>— Era tudo calmo, eu morei esses vinte e tantos anos, vinte e quatro, trinta... [...] tu tinha o peixe, tu tinha o açai, tu tinha bacaba, tu tinha o cupu, tu tinha castanha, tu tinha tudo. Tu ia no rio lá, a gente não chegava no mercado para comprar peixe não (Osmarina).</p>

Fonte: trabalho de campo; elaboração própria.

3. Promessa

No entanto a ocorrência do evento não funciona como um tipo de encerramento da vida no claustro da temporalidade que ele rompe. As pessoas deslocadas compulsoriamente não são eternas vítimas da dor que enunciam, mas enunciam-na no intuito de superá-la ao sugerir seus algozes à dinâmica da “economia do perdão” (RICŒUR, 2007). Desta forma, entre o risco de minimizar o sofrimento social ou objetificar as pessoas como uma função deste sofrimento, nós optamos por descrever as ações e interpretações locais que têm potencialidade de funcionar como cura em um ambiente de saudade para não representarmos como uma “história única” (ADICHIE, 2009) a intersubjetividade enunciada pela memória do deslocamento compulsório.

Esta forma não é nova em antropologia: com a publicação de *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: um estudo sobre o terror e a cura* por Michael Taussig em 1987 o estudo da dor pode ter uma contrapartida na cura. A atenção ao que os “outros” do modelo civilizatório ocidental fazem com o que fizeram com eles democratiza a agência como possibilidade na relação entre agentes sociais que interagem em contextos específicos. A etnografia de Taussig (1993) descreve como pessoas em situação de exploração colonial na região de Putumayo – na fronteira da Colômbia com o Peru e Equador – ressignificam os símbolos que justificavam o ambiente de terror para novos sentidos, desta vez de cura justamente para o sofrimento causado pelos seus usos anteriores.

Em Breu Branco o que os deslocados compulsoriamente fazem com o que fizeram com eles é cobrar justiça narrando a promessa quebrada pela Eletronorte. Desde os dias trinta, trinta e um de outubro e primeiro de novembro de 1984, com a realização do Encontro Tucuruí, quando, segundo Magalhães (2007), após a fala dos representantes da Comissão de Expropriados, foi aberta a palavra aos demais presentes no lugar; daí:

transcorreram aproximadamente 2 horas de sucessivos depoimentos, somente interrompidos – com um certo esforço – pela apresentadora. Espontaneamente, formou-se uma fila [...]. Com um velho microfone na mão, um a um ou uma a uma, começavam a desfilas as perdas: eu, fulano de tal, não recebi casa; não

recebi isso ou aquilo; me prometeram... ; etc. Cada depoimento era escutado no mais absoluto silêncio (p. 219).

O conceito local de promessa orienta a luta por justiça. Com este nome que a crítica a atuação da Eletronorte é articulada em uma busca por reparação que se estende desde antes mesmo da efetivação do deslocamento compulsório, pois em 1982 os até então futuros atingidos pela implantação da UHE-Tucuruí, que já viviam o clima do evento vislumbrado em um futuro próximo, organizavam-se em passeatas pelas ruas de Tucuruí e realizavam manifestações em frente à Eletronorte para tratarem com este agente o problema social suscitado desde os anos 1970 que culminaria na formação do lago artificial da Usina e forçaria a migração dos atingidos à montante da mesma (MAGALHÃES, 2007). É como quebra de uma promessa que as demandas locais são atualizadas desde as primeiras sensações do sofrimento social desencadeado pela Eletronorte. — *eles diziam que iam indenizar todo mundo, que todo mundo ia ficar bem, não sei o que. O que eles fizeram mesmo foi que fizeram as casas de pau, esgoto, que nessas ruas que eles entregaram as casas tudo tem esgoto, não é? Bem feitinho e tudo. Mas o resto, nada [...]. Lá no processo (agora que eu fui ver) eles disseram que deram casas construída para nós, mas não, foi de madeira (Osmarina).*

Nas imagens a seguir (2 e 3) podemos observar o que descreveu Osmarina. Trata-se das primeiras casas entregues aos deslocados compulsoriamente do Breu Velho; dispostas na Área Central da cidade de Breu Branco, ainda sem equipamentos urbanos que pudessem garantir alguma qualidade de vida na cidade implicada na política de reassentamento destas pessoas. Expropriados, os camponeses do Breu Velho foram privados da base de reprodução social que sustentava suas atividades produtivas. As terras nas quais se dedicavam à roça e o rio no qual pescavam, as matas onde caçavam e extraíam produtos vegetais – principalmente a castanha –, além da “beira” da Estrada de Ferro Tocantins onde comercializavam o que excedia do uso de sua produção haviam ido “para o fundo”, restando fragmentos de uma promessa que se mantém sempre aquém do anunciado, como efetivação incompleta.

Imagem 2: Primeiras casas entregues em Breu Branco pela Eletronorte



Fonte: Eletronorte, 2009, p. 10

— *A Eletronorte só fez mal para nós, viu? Agora mesmo nós estamos indo numa reunião que é só... como diz, o pessoal fala assim: quando chega a política eles inventa que vai receber, que vai não sei o que, a gente vai lá, assina papel, assina papel, gasta dinheiro com isso e com aquilo e no fim não sai nada. Agora tão dizendo que iam indenizar o restante, dizem que era quarenta mil; semana passada a gente foi numa reunião e já não é mais quarenta, é só cinco mil. Aí eles vão só enrolando a gente, sabe? Só enrolando, enrolando... Nunca terminaram de pagar (Osmarina).*

Imagem 3: Casas entregues aos deslocados compulsoriamente em Breu Branco



Fonte: Eletronorte, 2009, p. 14.

A sensação de incompletude da promessa, de efetivação parcial e, portanto, uma não-efetivação, é construída desde a gênese das propostas de solução do conflito pela via adotada pela Eletronorte. Sugerindo um tipo de dialogia no plano aparente, a Eletronorte esforçou-se em manter baixo grau de “reversibilidade discursiva” (ORLANDI, 2009) para a realização dos acordos com as pessoas que sofreriam o deslocamento compulsório. Principalmente ao propor diálogo em linguagem que os atingidos não dominavam (Imagem 4), a Eletronorte mantinha o privilégio da enunciação aos seus representantes.

Fonte: trabalho de campo. **Foto:** Vitória Mendes.

Após mais de oitenta páginas escritas em língua portuguesa através das quais os deslocados compulsoriamente teriam acesso a: a) ao levantamento dos bens indenizáveis dos proprietários atingidos pelo enchimento do lago da hidrelétrica – culturas permanentes e benfeitorias na propriedade – ; b) cálculo do valor estipulado aos bens reconhecidos pelo levantamento; c) croqui de representação do lote e casa a receberem no Novo Breu, e; d) condições de permanência do direito de morar nas casas destinadas aos deslocados compulsoriamente), é possível perceber a assimetria das condições do diálogo imposto pela Eletronorte pela forma que a pessoa assinou o documento que legitima os acordos tratados ao longo das páginas que o precederam.

Esta assimetria que se conforma no privilégio da enunciação por parte da Eletronorte diante dos atingidos pode ser percebida, também, através do Relatório da Comissão Mundial de Barragens (2000):

Na Eletronorte era o SPI – Departamento de Patrimônio Imobiliário – o responsável pelo processo indenizatório e de reassentamento das populações atingidas na região. Para isso havia sido realizado um levantamento, em 1978, que buscava identificar os atingidos pela implantação da 1ª Etapa de construção da UHE Tucuruí, os chamados —atingidos pela Cota +35. Com base nos dados cadastrados – valores, benfeitorias, valor da terra etc, segundo informaram os expropriados – definia-se a indenização à revelia dos ocupantes. [...]

O processo indenizatório foi bastante problemático, à medida que a Eletronorte se pautou em critérios de eficiência administrativa e financeira, cuja base de sustentação foram os procedimentos jurídicos e a noção de tempo condicionada ao prazo de construção da UHE Tucuruí. Os critérios de avaliação dos bens, para efeito de indenização, levaram em consideração unicamente os aspectos materiais, abstraindo a valoração do trabalho investido no trato com a terra, os valores afetivos e simbólicos, ou seja, a lógica cultural, as condições sociais e históricas das populações locais. E àqueles que não concordassem com esses critérios indenizatórios ou com as áreas para onde seriam deslocados, era sugerida a assinatura de um termo de desistência [...]. [De acordo com os critérios adotados para o direito a indenização] ficaram de fora populações que sazonalmente ocupavam as áreas ribeirinhas para reproduzir sua sobrevivência (Comissão Mundial de Barragens, 2000, p. 221 – 223)..

Projetado no prisma do significado local da promessa como melhoria de vida, firmou-se, no seu presente de enunciação, um compromisso em relação ao futuro no intuito de torna-lo controlável e previsível, independentemente das alterações circunstanciais em cada momento de tomada de ação por parte de quem promete. É um desafio ao tempo, e o que se cobra é o engajamento ético de se manter o dito, de, nas palavras de Abel (1997), se manter na “*capacité à répondre de soi en dépit de l'imprévisibilité de la vie*”. Devido a esta matriz significativa qualquer justificativa se torna implausível. Uma promessa se cumpre, e não a cumprir é o problema, é o excesso que dura na temporalidade do *hoje*:

não se trata mais de um simples contrário que eu ainda compreenderia em oposição ao válido; são males que se inscrevem numa contradição mais radical que a do válido e do não-válido e suscitam uma demanda de justificação que o cumprimento do dever não satisfaria mais (RICOEUR, 2007, p. 470 – 471).

— *A pior coisa é lesar uma pessoa. Lesar é enganar uma pessoa, isso nós tomamos como traição, isso nós não perdoa (sic.) (Leonildo).*

— *Eles diz (sic.) que não tem pra pagar, que falta isso, falta aquilo, mas que prometeram, prometeram; só que enganaram a gente (Olgarina).*

— *Olha, tem pessoas que morreu e não recebeu foi nada. E é assim, eles prometiam muita coisa só que não cumpriram nada (Osmarina).*

Narradas há trinta e quatro anos, as perdas das pessoas deslocadas compulsoriamente tornam-se presentes aos narradores e aos que lhes ouvem; judicializadas, pressionam à presença aqueles que lhes violentaram, mesmo que esta presença seja ritualizada em um tribunal. A presentificação a si do que tem sido a vivência do deslocamento compulsório e presentificação de si diante do outro que lhe causou esta vivência são engajadas no trabalho de memória na pretensão de um remédio ao sofrimento social. Desta forma, ao menos em partes, obriga o reconhecimento do excesso por aqueles que o praticaram, mesmo que esta obrigação ocorra na forma do pagamento de indenizações monetárias que tem, ao menos em partes, traços de reparo ao mal causado, como um sussurro de “me desculpe” induzido pelas vítimas do excesso na dinâmica do reconhecimento do erro (RICOEUR, 2007).

4. Corpos que habitam

A presentificação da memória do deslocamento não é expressa apenas por meio do discurso falado, mas também nas vivências, no não dito. O processo de observar os interiores das casas de nossos entrevistados forneceu pistas neste sentido. Na casa de Iraídes, paredes coloridas, plantas, quadros, fotos, panos de crochê, flores, imagens de santos, almofadas e diversos objetos customizados compõem o espaço cuidado com muita dedicação pela moradora.

Imagem 5: Sala da casa de Iraídes



Foto: Vitória Mendes

Na casa de Olgarina, por outro lado, os materiais de construção da recém-reformada estrutura de alvenaria ficavam pelo quintal e, à época da pesquisa, as paredes ainda não haviam sido pintadas mas já haviam sido colocadas na construção portas e janelas novas, móveis, dois quartos, e a televisão onde costuma assistir novelas baseadas em histórias bíblicas. No quintal cria patos, galinhas, cachorros, gatos e cuida de várias plantas.

Imagem 6: Olgarina no quintal com o bisneto



Foto: Vitória Mendes

Já Osmarina, moradora de uma casa também em processo de construção, decidiu pintar em várias paredes do segundo andar a sua própria floresta. Pediu para que um pintor reproduzisse imagens de animais, árvores e rios.

Imagem 7: Floresta de Osmarina



Foto: Vitória Mendes

As estruturas de habitação diferentes entre si têm em comum o fato de que seus moradores constantemente tentam transformá-las a fim de tornar um lar o lugar para onde foram deslocados. Por meio da decoração, reforma e de registros de outros tempos -como a floresta pintada de Osmarina- evidencia-se a busca pela sensação de estar em casa, décadas depois da transferência forçada.

A reflexão sobre esse assunto é vasta no campo fenomenológico. Heidegger (1954), no ensaio *Construir, Habitar, Pensar* recorre ao antigo idioma alto-alemão de onde vem o verbo *buan*. Explica que este verbo utilizado para dizer construir também significa habitar e verbos como *huri*, *büren*, *beuren* e *beuron* têm o sentido de habitar, em suas estâncias e circunstâncias.

A maneira como tu és e eu sou, o modo segundo o qual somos homens sobre essa terra é o Buan, o habitar. Ser homem diz: ser como um mortal sobre essa terra. Diz: habitar. A antiga palavra *bauen* (construir) diz que o homem é à medida que habita (HEIDEGGER, p. 2, 1954).

Ao mesmo tempo, *bauen* também significa cultivar e proteger. Quando Olgarina, Osmarina e Iraídes reformam suas casas, cultivam um espaço onde buscam refúgio, zelo e, portanto, a sensação de habitar. Habitar é, para Heidegger, o modo como os seres humanos estão sobre a terra.

No contexto pós-guerra em que o ensaio foi escrito, o filósofo menciona uma crise habitacional e os esforços dedicados a planejar e construir conjuntos habitacionais a fim de solucioná-la. Comparando com a situação dos deslocados, podemos estabelecer um paralelo com a indenização pelas casas no território que ficou no fundo e a transferência para outras casas na nova cidade de Breu Branco. O que Heidegger pondera sobre esta crise é que ela ocorre não por falta de construções mas “consiste em que os mortais precisam sempre de novo buscar a essência do habitar, consiste em que os mortais devem primeiro aprender a habitar” (p. 10).

Baseado na fenomenologia heideggeriana, Ingold (2015) empreende uma discussão semelhante sobre o tema e acrescenta uma importante interpretação sobre esses sentidos: a habitação não é uma mera ocupação de estruturas já construídas, mas a imersão dos seres nas correntes do mundo da vida, “sem a

qual atividades como concepção, construção e ocupação simplesmente não poderiam acontecer” (p. 34). A habitação é, para Ingold, a maneira como os habitantes produzem suas vidas e como a vida prossegue.

Apesar de utilizar a discussão de Heidegger como ponto de partida, o autor discorda da afirmação deste de que “o mundo se abre para os humanos de uma maneira que ele não o faz, e não pode fazê-lo, para os não humanos” (p.36) e propõe uma união de perspectivas ecológicas e fenomenológicas, pois não acredita em divisões tão agudas entre humanos e animais, mundo e meio ambiente, ser e existência.

Neste ponto, Ingold aproxima-se de Merleau-Ponty, que acredita que o corpo vivo está costurado no tecido do mundo, não sendo possível “ser senciente em um mundo *insenciente*, ou seja, em um mundo que virou as costas para os seus habitantes” (p.38). O corpo costurado no mundo, senciente, “traça os caminhos do devir do mundo no curso mesmo da contribuição para a sua contínua renovação” (p. 38). Esse iniciar um movimento o longo de um caminho, traçar essa trilha é, para Ingold, a essência do habitar.

O que essa discussão nos esclarece é que uma casa é muito mais que uma estrutura material, substituível, descartável diante da magnitude de uma obra como a UHE. As casas perdidas no processo de enchimento do lago não são apenas um obstáculo ao “desenvolvimento” e ao “progresso”, são os universos de quem as habitava. Nas casas em que vivem atualmente, as incessantes reformas, pequenas mudanças, cuidados de limpeza e decoração parecem tentativas de transformar os espaços de habitação em um universo de bem-estar e proteção, algo que perderam quando foram deslocadas do Breu Velho. Pois, ao perderem o Velho Breu e suas casas, roças e espaços de convivência, o lugar afundado continua sendo lembrado e as dificuldades em se adaptar ao novo lugar ficam evidentes nessas minúcias.

Também dialogando com Heidegger, Maria Lucia Malard (2006), argumenta que a espacialidade é uma característica indissociável da experiência humana, já que toda a existência do homem no mundo ocorre no espaço:

Entretanto, o espaço não é apenas um palco para essas ações, mas, ao contrário, é um componente essencial delas. O mundo

não é um container no qual o homem é (existe), nem o homem pode ser-no-mundo como se o mundo fosse uma extensão (um espaço) independente dele. Ao contrário disso, homem e mundo, ser e espaço, são indissociáveis. (Malard, 2006, p.26)

A autora também afirma, a partir do pensamento de Merleau-Ponty, que o corpo é um agente fundamental para compreender esse espaço, pois ele é a referência de tudo o que podemos conhecer como espacialidade, funcionando como uma âncora que permite a nossa orientação em qualquer lugar. São os nossos sentidos que conectam as nossas percepções e conseqüentemente, a experiência espacial. “Assim compreendido, o corpo não é uma “coisa” no espaço, mas um sistema de possibilidades de ação [...] possuir um corpo implica na habilidade de compreender o espaço” (2006, p. 27).

Também fundamentado em Merleau-Ponty, Tilley (2014) diz que o mundo percebido e o corpo formam uma relação dialética, que se constrói mutuamente (p.34). E além de construir a relação com o espaço, os corpos também dimensionam o tempo. As sensações dos deslocados sobre o lugar que em suas lembranças aparece como farto, naturalmente rico, tranquilo e seguro devem ser levadas em conta ao observar o modo como enxergam o passado e ressignificam o presente.

É por isso que não julgamos importante questionar se o Breu das memórias dos deslocados corresponde ou não a realidade, pois a Verdade sobre esse passado nunca pode ser descrita de modo objetivo, já que o passado vivido está permeado pelas sensações e percepções dessas pessoas.

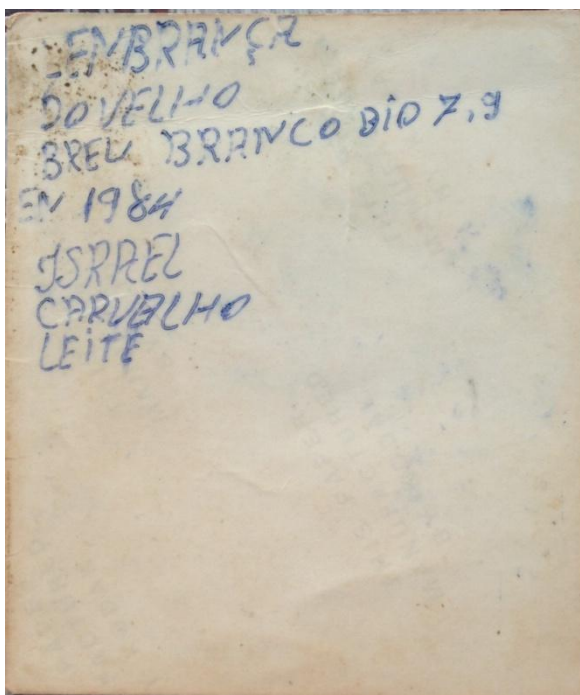
Seguindo o pensamento de Tilley, entende-se que os lugares são potentes meios de socialização e que identidades sociais e pessoais são formadas nesses contextos. “Ser humano é ser vinculado a uma localidade de maneira fundamental. Lugares são fatos existenciais elementares” (p.50).

Esse processo é refletido no nome que os deslocados utilizam para denominar onde vivem. Breu Branco é a forma como se referem à vila do passado, que está no fundo do lago da usina. “Às vezes eu até choro lembrando do outro Breu”, conta Iraídes. “O outro Breu era mais rico porque tinha as coisa

natural, né”, analisa Osmarina. “Lá no Breu tudo era mais fácil. Lá era a melhor praia do mundo que tinha. Era só peixe bom, não era como o peixe daqui que é pitiú que só”, é o que diz Olgarina.

O Breu é um lá, um outro lugar, uma memória que ainda se ressignifica no presente. O nome Breu Branco remete às vivências desse passado interrompido, descontinuado pela barragem. Virou, portanto, o Velho Breu. Não é a mesma coisa que o Breu Branco de agora, o município com mais de 50 mil habitantes do sudeste paraense, cujas atividades principais são a madeireira, o beneficiamento de silício na multinacional Dow Corning e o comércio.

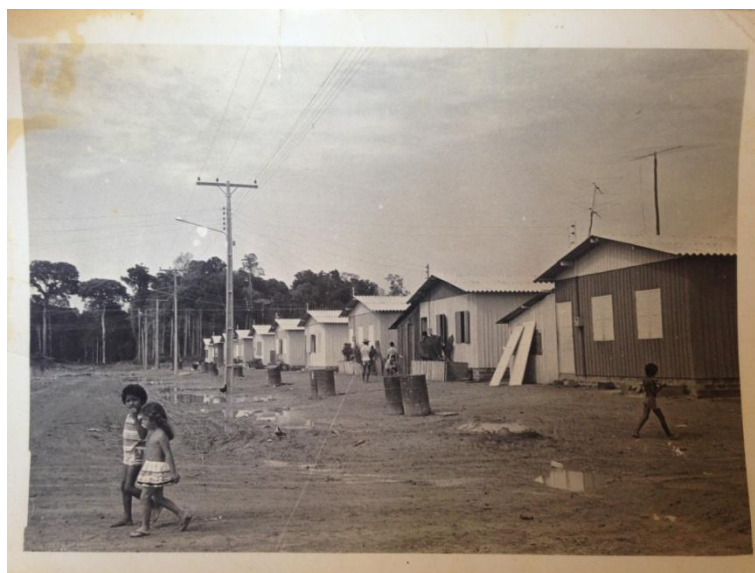
Imagem 8: Verso de foto



Fonte: Acervo de Osmarina

A este município, que aparece nos relatos como Novo Breu, o significado atribuído é diverso: o lugar remete ao sofrimento dos primeiros anos pós-deslocamento; é um espaço visto como perigoso embora mais desenvolvido e ,principalmente, um lugar que não substitui a vila antiga.

Imagem 9: Primeiras casas de alvenaria no Novo Breu.



Fonte: Acervo de Olgarina

Um evento como a transferência compulsória para uma cidade que começou do zero, um espaço distante dos rios, das roças, onde a terra não parecia tão fértil, onde as casas não eram como o prometido e ao mesmo tempo não lembravam a casa em que se vivia antes, certamente gerou consequências sobre as vidas das pessoas atingidas pela UHT que trazem à tona a violência simbólica dos grandes projetos na região amazônica. Magalhães (2007) afirma que a desestruturação das relações sociais provocadas pelo evento da transferência configuram o substrato do lamento e da dor das pessoas deslocadas:

Pode-se de imediato perceber como os relatos sobre o deslocamento evocam uma pluralidade de situações de transformação, traduzida em perdas, que contemplam desde o espaço físico, o estranhamento da nova situação vivida até as relações cotidianas e de proximidade. Desta perspectiva, creio ser possível afirmar que, com a intervenção sobre o espaço físico para a formação do lago, atinge-se violentamente as relações sociais, desestruturando-as. (MAGALHÃES, 2007, p. 193)

Compreendemos, portanto, que o que havia entre os moradores da antiga vila e aquele lugar não era apenas uma relação de ocupação, mas de pertencimento e portanto, de habitação. E isso só pode ser enxergado sob uma

perspectiva mais holística, que compreende corpo, espaço e tempo como um emaranhado, intimamente conectados e indissociáveis.

Considerações finais

Com o objetivo de compreender os sentidos da narrativa da memória do sofrimento social provocado pelo deslocamento compulsório foi possível, por meio da pesquisa realizada pelos autores, compreender que o sofrimento é expresso por meio de uma intersubjetividade compartilhada através de narrativas mnemônicas que nomeiam tanto uma saudade quanto uma esperança de justiça.

As saudades do lugar que foi para o fundo são expressas por discursos em um lugar intermediário entre o antigamente e o hoje, como uma presença assombrada pelas ausências. Isso pode ser visto na recusa dos deslocados em chamar o atual município de Breu Branco pelo nome oficial, tornando-o o Novo Breu.

Da mesma forma, o sofrimento social dos breuenses pode ser compreendido a partir dos interiores das casas, as constantes reformas e a necessidade de transformar os espaços em lares, resgatando a noção de habitação perdida no evento da transferência compulsória.

Referências

ABEL, Olivier. **Promesse, Justice, Pardon**. 1997. Disponível em: <<http://olivierabel.fr/supplement/promesse-justice-pardon.php>>. Acessado em: 07/04/2016.

ADICHIE, Chimamanda. **The Danger of a Single Story**. 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acessado em: 10/11/2016.

BRASIL: ELETRONORTE. **Corrente Contínua**: a revista da Eletronorte. Ano XXXII, nº 229. 2009.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/breu-branco>. Acessado em 16/09/2018.

BREU BRANCO. **Plano Diretor Municipal**. 2006. Disponível em: http://www.seidurb.pa.gov.br/pdm/breu_branco/Plano_Diretor.pdf. Acessado em 13/12/2016.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil)**. Rio de Janeiro, RJ: 2000.

DASTUR, Françoise. **Waiting and Surprise**. Hypatia, vol. 15, N° 4, Contemporary French Women Philosophers. 2000, pp. 178 – 189.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco. 2013.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, Habitar, Pensar**. In: Ensaios e Conferências. (trad.) Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes. 2ª ed. 2002.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2015.

MAGALHÃES, Sônia Maria. **Lamento e Dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Belém, 2007. Tese (Doutorado), Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Brasi; Universidade Paris 13, França, 2007.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CASTRO, Edna; BRITTO, R. **Energia na Amazônia: avaliação e perspectivas sócio-ambientais**. Vol. 2. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1996.

MALARD, Maria Lucia. **As aparências em Arquitetura**. Belo Horizonte: UFMG. 2006.

ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes. 2009.

RICŒUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RIZZINI, I., CASTRO, M. R. e SARTOR, C. **Pesquisando... Guia de Metodologias da Pesquisa Para Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1999.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre Fenomenologia e Relações Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.

TILLEY, Cris. **Do corpo ao lugar à paisagem**: uma perspectiva fenomenológica. Vestígios- Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Volume 8. 2014.